

Menino de rua tem que pagar para estudar

Advogado diz que Fundação João Mendes, uma instituição filantrópica, cobra mensalidade de menores por curso de eletricista

ANTÔNIO JOSÉ MENDES

A Fundação João Mendes, instituição filantrópica que presta serviços a pessoas pobres, está cobrando mensalidades de RS 10 de meninos de rua pelos cursos profissionalizantes que oferece. A cobrança, segundo o advogado Carlos Nicodemus, do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, é ilegal e pode levar à cassação da licença da fundação.

Jackson Borges de Souza é um menino de rua acolhido há dois anos pela Fundação São Martinho (instituição que se dedica a meninos de rua). Agora com 17 anos, o adolescente conseguiu se empregar na Gráfica Tanuri, em Fazenda Botafogo. Jackson fez progressos no trabalho e precisou de um curso profissionalizante para seguir a carreira de eletricista. Sem recursos, procurou a Fundação João Mendes, entidade — por definição jurídica — sem fins lucrativos. Perplexo, ele descobriu que teria de pagar RS 4 de matrícula e RS 10 mensais para fazer o curso, de três meses.

Revolta — “Ele ganha RS 76 por mês e conseguimos que saísse das ruas e voltasse para casa, em Nova Campina, Caxias. Jackson agora ajuda a mãe e os irmãos, além de se sustentar”, conta o educador da São Martinho Denilson dos Santos, que orienta e supervisiona o trabalho de Jackson e mais 18 meninos de rua que tiveram suas carteiras assinadas pela Gráfica Tanuri. Os garotos foram selecionados pela empresa num grupo maior “porque mostraram ter realmente disposição e capacidade para o trabalho”, diz o educador.

Mas o sucesso dos meninos, principalmente o de Jackson — que começou a se mostrar adequado para um cargo de destaque no setor de eletricidade da Tanuri — exige cursos de aperfeiçoamento. “Eu disse ao Jackson que procurasse a Fundação João Mendes porque ouço falar, em períodos eleitorais, que ela oferece cursos gratuitos. E esta é a única fundação deste tipo na área de Acari e Fazenda Botafogo, onde fica a gráfica”, explica Denilson.

Quando viu que o curso era pago, a São Martinho optou por reembolsar o curso profissionalizante de Jackson, que se destacou entre os colegas. Mas os outros garotos empregados pela Tanuri terão que ficar sem estudar.

Despesas — “Realmente, somos uma fundação filantrópica, sem fins lucrativos, mas nossas despesas são muito grandes”, justifica o coordenador-geral da Fundação João Mendes, Antônio Carlos Almeida. O empresário João Mendes — que criou a fundação — é deputado federal pelo PTB e ex-secretário de Governo do prefeito César Maia. Ele foi exonerado após denúncias de envolvimento em escândalos de extorsão na Cooperativa Brasileira de Caminhoneiros e de apadrinhamento da *Robauto*, em Acari.

A fundação mantida com parte do lucro do grupo de empresas de João Mendes — explica o coordenador — oferece serviços ambulatoriais e odontológicos gratuitos. “Mas, quanto aos cursos profissionalizantes, oferecemos nossas salas de aula a professores em regime de comodato e eles é que dão os preços”, diz o coordenador. “Os únicos cursos realmente gratuitos que mantemos são um de ginástica para idosos e um de *off-set*”, conclui. Só que o curso de *off-set* exige dos alunos a quarta série do primeiro grau, escolaridade dificilmente alcançada por meninos de rua.

O advogado Carlos Nicodemus, que presta serviços para o Ibis (Instituto Brasileiro de Inovação em Saúde Social), instituição voltada para os meninos de rua, lembra que a Fundação João Mendes pode estar incorrendo em crimes contra a lei da economia popular e ter sua licença cassada. “Este é o grande desafio atual da questão dos meninos de rua”, reflete o coordenador-geral da Fundação São Martinho, professor Roberto dos Santos. “As empresas não querem aceitar adolescentes das ruas. Quando conseguimos quem os empregue, uma fundação como a João Mendes, que tem várias isenções de impostos, cobra pelos cursos profissionalizantes”, protesta o coordenador da São Martinho.



R., de 18 anos, disse que, no dia 22 de julho, os policiais avisaram às crianças que voltariam mais tarde

A impunidade completa 1 ano

Os assassinos da Candelária ainda não foram julgados

MARCELO AHMED

Exatamente um ano depois da chacina da Candelária, os principais punidos continuam sendo os oito crianças de rua assassinadas a tiros na madrugada de 23 de julho. Entre os quatro denunciados pelo crime, até mesmo a polícia admite que pode haver inocentes; três autoridades que investigavam com seriedade a chacina — os delegados Wilson Machado Velho e Elias Barbosa e o tenente-coronel Walmir Alves Brum — estão afastados do caso; um outro inquirido ainda se arrasta na Delegacia de Defesa da Vida (DDV); o atual diretor da DDV, Antônio Agra, nada sabe sobre o assunto; e, por fim, as crianças da Candelária e de outras partes da cidade continuam nas ruas, sem a menor assistência.

O novo inquirido, que deverá terminar em 30 dias, está em an-

damento devido ao empenho dos dois promotores que trabalham no caso: José Muñoz Piñeiro e Maurício Assayag, do II Tribunal do Júri. Atualmente, o inquirido está nas mãos do Ministério Público, que o encaminhará de volta à delegacia com pedidos de novas diligências. Procurado pelo **JORNAL DO BRASIL**, o delegado Antônio Agra não sabia sequer onde estava o inquirido e disse que não podia falar nada sobre o caso: “Estou há apenas um mês na DDV.”

Réus — Piñeiro adianta que “quatro ou cinco” pessoas serão denunciadas tão logo o inquirido seja concluído. Os futuros réus devem ser o soldado Arlindo Lisboa Afonso Júnior, em cuja casa foi encontrada uma das armas utilizadas na chacina; o tenente Luis Henrique de Lima, do 5º BPM (Harmonia), que afirmou estar com um dos acusados — o tenente Marcelo Ferreira Cortes — na hora do crime; os soldados Jailson Luccas e Paulo César de Mello, do 5º BPM, que participa-

ram do socorro às vítimas; e o soldado Guilherme Teo Mega, reconhecido pelo soldado Brito como tendo procurado pelos garotos de rua, no Largo da Carioca, pouco antes da chacina.

Até o encontro de uma arma do crime, a única prova que a acusação dispunha era o reconhecimento feito por algumas testemunhas. Com base nisso, o tenente Cortes, os soldados Cláudio Luiz Andrade dos Santos (5º BPM) e Marcos Vinicius Borges Emmanuel (CPTtran) e o serralheiro Jurandir França foram denunciados e presos.

O reconhecimento, porém, é contestado pela defesa. Na opinião de um policial da DDV que participou da primeira fase das investigações, o soldado Cláudio Luiz teria sido apontado equivocadamente por um dos menores. O PM — que é negro e estava lotado no serviço reservado do 5º BPM — foi a reconhecimento devido a denúncia de que um dos assassinos tinha o apelido de *Pelé* e trabalhava à paisana.

Polícia ainda não sabe as causas

O que levaria um grupo entre oito e 12 homens a assassinar friamente oito crianças, sem oferecer qualquer tipo de reação? Entre as versões apresentadas até agora, a polícia ainda não chegou a uma conclusão exata. O Ministério Público, no entanto, sustenta a causa apresentada inicialmente, de que a chacina foi uma vingança dos PMs que participavam do policiamento de uma passeata entre a Candelária e a Cinelândia. Naquela tarde do dia 22 de julho, crianças de rua apedrejaram um carro de polícia que levava um homem que vendia cola para elas.

“Abre o olho que a gente volta.” Este teria sido o aviso dado por PMs naquele momento, segundo R., 18 anos. “A gente já estava esperando cheio de pedra, mas eles já vieram *caroçando* (dando tiros)”, revela R. O promotor José Muñoz Piñeiro acredita que a chacina tenha sido motivada pelo incidente da tarde anterior: “O inquirido nos convida de que houve revide. As outras versões são só hipóteses.”

Segundo a polícia e o Ministério Público, todas as versões foram checadas. A mais forte era a de que a mulher de um policial

ou de um oficial das Forças Armadas teria sido atropelada ao fugir de um menor que queria assaltá-la. “Não encontramos registro de atropelamento naquela área”, afirma o delegado Elias Barbosa, que trabalhou no caso.

Muitos sustentam que a ação foi planejada. As crianças lembram que, na noite do crime, não havia seguranças, o local estava mais escuro e não houve rondas bancárias no local. Os táxis também abandonaram as ruas próximas. Além disso, a banca de jornal da Candelária foi fechada uma semana antes.

Movimento pela paz define ação

O movimento *Ação do amor contra a violência* — criado há 12 dias, após o assassinato do estudante Sérgio Augusto Figueiredo, no Mirante do Leblon — inicia hoje uma série de manifestações para conscientizar a cidade de que a violência pode ser enfrentada com a paz. Seus integrantes participarão do ato que, a partir das 8h, lembrará o extermínio da Candelária e, no próximo domingo, promoverão a *Caminhada da paz*, às 10h, pela Avenida Delfim Moreira, no Leblon.

As formas de manifestação do grupo foram definidas em reunião na noite de quarta-feira, na casa da família de Sérgio. Na ocasião, o presidente da Comunidade do Alto Leblon (CAL), o artista plástico Luiz Antonio Veronesi, propôs que o movimento adotasse a desobediência civil — incentivando a população a deixar de pagar impostos — para pressionar as autoridades a tomarem medidas que garantam a paz no Rio. A proposta de Veronesi, porém, foi rejeitada.

Equívocos — Antes do encontro, Veronesi já havia anunciado — em nome das entidades e pessoas que participariam da discussão — que aquela era a posição de todo o grupo. O presidente da OAB-RJ, Sérgio Zveiter, esclareceu ontem que a entidade não foi convidada a participar da *Ação do amor* e tampouco se dispôs a prestar assessoria jurídica à campanha, como também divulgara Veronesi na quarta-feira.

“Na reunião, as pessoas demonstraram desconhecer a desobediência civil. Não entenderam que esta é uma forma de manifestação organizada e pacífica, que de maneira alguma pretende estimular o caos urbano”, defendeu-se o artista plástico. A campanha pela desobediência civil é defendida isoladamente pela CAL, que, segundo o seu presidente, representa 25 mil moradores.

Ghandi — O pai da desobediência civil foi o ecologista americano Henry Thureau. No século 19, revoltado com a omissão do Estado em relação à destruição do meio ambiente, ele escreveu *Desobedecendo*, primeiro de uma série de ensaios sobre o poder de pressão da sociedade civil a partir do boicote aos impostos. Suas ideias, que o levaram à prisão, inspiraram o Mahatma Gandhi e Martin Luther King. “É possível o rompimento dos vínculos jurídicos, políticos e institucionais entre cidadãos e Estado, quando as autoridades não correspondem às expectativas da população. Mas isso não funciona sem total adesão”, destaca o assessor para Assuntos Institucionais da OAB-RJ, Lauro Schuch.

Reprodução

Fundação **JOÃO MENDES**

Nº 67

RECIBO DE MENSALIDADE DE CURSOS

Inscrição do Participante N 5040

Curso de *Eletricista*

Valor Mensal do Curso 10.00

Aluno *Jackson Borges de Souza*

Professor *Cizar*

Mês(es) *Julho*

Valor Total Recebido - Cr\$ *10.00*

Data: *20/07/94*

FJM-054 - 100 Tlx. 25x4 - 12/92 - ONIDA

PP Caixa

O recibo atesta a cobrança de RS 10 mensais a Jackson, em julho

DULCE DIEGUES DE COMENSORO (UM ANO DE FALECIMENTO)

A FAMÍLIA convida parentes e amigos para a Missa que será celebrada em intenção de sua saudosa e inesquecível DULCE, dia 23 (Sábado), às 9:30 horas, na Paróquia da Ressurreição (Copacabana), na Rua Francisco Octaviano nº 99, Posto 6 — Copacabana.

LUIZ FELIPPE DE MIRANDA ROSA (UM ANO DE SAUDADES)

A Família convida parentes e amigos para o ato religioso que se irá realizar hoje, 22 de julho, às 18:30 horas, na Igreja da Santíssima Trindade, Rua Senador Vergueiro, 141 — Flamengo.

VERA REGINA BAHIA DE FREITAS

A ARI — ASSOCIAÇÃO RELIGIOSA ISRAELITA DO RIO DE JANEIRO manifesta seu pesar pelo prematuro falecimento da Banqueteira VERA REGINA, que sempre atendeu nossas solicitações com muito carinho, e une-se à dor dos familiares e amigos na Missa de 7º Dia que será realizada hoje, 22 de julho, às 17:30 horas, na Igreja São José da Lagoa.

ANSELMO NOGUEIRA MACIEIRA 1918 — 1994

Gelson, Flávio, Luciano, Dôra, Josiane, Ana, Daniel, André, Gustavo, Ingrid, Maria Luisa, Maria Isabel, Maria de Lourdes, filhos, noras, netos e cunhada, agradecem as manifestações de pesar recebidas e convidam para a Missa de Sétimo Dia a realizar-se na Igreja de Nossa Senhora das Dores do Ingá, situada na Rua Presidente Pedreira nº 185, Ingá, Niterói, nesta sexta-feira, vinte e dois de julho de mil novecentos e noventa e quatro às dezoito horas.

PROFESSOR DOUTOR ORLANDO PIRES (MISSA DE 7º DIA)

Sua esposa, filhos, noras e netos agradecem manifestações de solidariedade por ocasião do seu falecimento e convidam para missa a ser realizada na Igreja da Ressurreição, Rua Francisco Otaviano, 99 — Copacabana, às 09:00 hs de sábado 23/7/94.

TABELA DE PREÇOS PARA AVISOS RELIGIOSOS E FÚNEBRES

LARGURA	ALTURA	R\$ DIAS ÚTEIS	R\$ DOMINGOS
5,1 cm	3 cm	63,39	87,21
5,1 cm	4 cm	84,52	116,28
5,1 cm	5 cm	105,65	145,35
10,7 cm	3 cm	126,78	174,42
10,7 cm	4 cm	169,04	232,56
10,7 cm	5 cm	211,30	290,70
10,7 cm	6 cm	253,56	348,84
10,7 cm	7 cm	295,82	406,98
10,7 cm	8 cm	338,08	465,12
16,3 cm	4 cm	253,56	348,84
16,3 cm	5 cm	316,95	436,05
16,3 cm	6 cm	380,34	523,26
16,3 cm	7 cm	443,73	610,47

DEMAIS FORMATOS, CONSULTE-NOS
585-4540/ 585-4326/ 589-9922

JORNAL DO BRASIL DIA ÚTIL: até 10 cm 21,13 R\$ o cm
DOMINGO: até 10 cm 29,07 R\$ o cm

AVISOS RELIGIOSOS E FÚNEBRES

PLANTÃO DIÁRIO
585-4326 e 585-4540

2as. às 6as. feiras, das 8:00 às 21:00 h.
Sábados e Feriados, das 8:00 às 14:00 h.
Domingos, das 9:00 às 20:00 h.

589-9922

2as. às 5as. feiras, das 8:00 às 19:00 h.
Sextas-feiras, das 8:00 às 20:00 h.
Sábados, das 8:00 às 12:00 h.

Nas Lojas de Classificados

2as. às 6as. feiras, das 9:00 às 17:00 h.

JORNAL DO BRASIL